

*Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal
22 de junho de 2020
Ata n.º 1*

No Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu o CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, presidido pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, José Agostinho Ribau Esteves.

Estiveram presentes:

- Universidade de Aveiro, representada por Filipe Teles;
- Administração do Porto de Aveiro, representada por Fátima Alves;
- AdRA - Águas da Região de Aveiro, representada por Fernando Vasconcelos;
- AIDA - Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, representada por Elizabete Rita;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, representada por Ângelo Soares;
- Associação Viking Kayak Clube, representada por Luís Carneiro;
- Capitania do Porto de Aveiro, representada por Silva Rocha;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro, representado por António Ribeiro;
- Comando Distrital da PSP de Aveiro, representado por Virgínia Cruz;
- Comando Territorial da GNR de Aveiro, representado por Maximiliano Alves;
- Conselho Empresarial da Região de Aveiro, representado por Fernando Castro;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Delegação do Centro, representada por Rigoberto Correia;
- Santa Casa da Misericórdia de Vagos, representada por Paulo Gravato;
- António Loureiro, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;
- Teresa Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia;
- Diamantino Sabina, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja;
- António Leandro, em representação da Câmara Municipal de Ílhavo;
- Joaquim Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa;
- Duarte Novo, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro;



- António Coutinho, Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga;
- Dulcília Sereno, em representação da Câmara Municipal de Vagos;
- José Eduardo de Matos, Secretário Executivo Intermunicipal.

Estiveram ausentes as seguintes entidades:

- Diocese de Aveiro;
- ADASMA - Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa;
- Administração Regional de Saúde do Centro;
- Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Vouga;
- Agrupamento de Escuteiros de Anadia – 221;
- Águas do Centro Litoral;
- APA – ARH Centro;
- Associação Náutica da Torreira;
- APAR – Associação de Pais de Aradas;
- Casa do Povo de Valongo do Vouga;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Centro Comunitário de Esmoriz;
- Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro;
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga;
- Comunidade Portuária de Aveiro;
- Confraria Gastronómica do Bacalhau;
- Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção Regional de Cultura do Centro;
- Sociedade Recreativa e Musical Bingre Canelense.

Passou-se de imediato à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória:

Ponto 1: Aprovação da ata anterior.

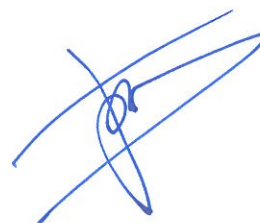
Ponto 2: Informações.

Ponto 3: Prestação de Contas 2019 e Orçamento/GOP 2020.

Ponto 4: Portugal 2030 - Uma estratégia para a Região.

Ponto 5: Alteração ao Regimento - integração de novas entidades.

Ponto 6: Outros assuntos.



Ponto 1: Aprovação da ata anterior

Aprovada por unanimidade.

Ponto 2. Informações

O Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu a presença dos membros do CEDI e propôs uma metodologia de trabalho, com uma única intervenção de apresentação e discussão dos pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos.

O Presidente do CI referiu que a EIDT RA - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro é uma peça fundamental e que se iniciaram diligências formais junto do Governo, em fevereiro de 2020, após as auscultações dos nossos parceiros, do CEDI e da Assembleia Intermunicipal. Esta é uma versão madura do documento, mas não definitiva e dependente das orientações que vierem a ser tomadas para o próximo quadro financeiro comunitário plurianual. Informou a perturbação do cronograma de trabalhos devido ao COVID-19 e que não vai haver incidências negativas sobre os projetos que estão programados. Referiu que no maior projeto, o Sistema de Defesa do Baixo Vouga Lagunar, a lógica é de prolongamento de 3 anos e que o Ministério do Ambiente tem prejudicado o desenvolvimento deste projeto.

Referiu que com a atualização da EIDT RA é essencial questionar se devemos rever alguns aspetos em função das novas realidades e que nesta nova realidade é necessário relançar a atividade económica. A qualificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, o Ambiente, o Turismo, a prioridade ao emprego e à retoma económica, procurando aproveitar todas as opções, são aspetos prioritários. Entende que Portugal tem o problema de baixas taxas de execução, onde só utilizou 34% dos fundos comunitários, sobretudo visível nos projetos de maior dimensão financeira.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que os projetos ligados à promoção do território, na área do ambiente, cultura, turismo e educação, têm corrido globalmente bem, com destaque para a Grande Rota da Ria de Aveiro, que vai para o terreno este mês e para o Programa Educ@RA, que está a meio da sua execução. Informou que se irá adjudicar o Observatório de Educação e Formação Não Superior na Região de Aveiro na próxima reunião do Conselho Intermunicipal.

Filipe Teles (Universidade de Aveiro) partilha a leitura do Conselho Intermunicipal e a necessidade de reanalisar o documento. Numa primeira fase, a perspetiva foi de responder a um processo de revisão da Estratégia, com as novas oportunidades e perspetivas financeiras da União Europeia. Hoje, há fatores de mudança e teremos de avaliar o que podemos acrescentar ao este documento, face à nova realidade e às novas oportunidades. A Saúde e Educação estão no pilar nº 1. Entende que é um processo de construção coletiva, sendo a realidade de hoje muito diferente do contexto de 2014.

António Leandro (CM Ílhavo) considerou o documento maduro, com ideias concretas e destacou a questão das alterações climáticas, ligadas à proteção da orla costeira. Considerou que nestes novos tempos as áreas empresariais precisam de respostas rápidas e mecanismos de intervenção imediatas, no terreno, em prol dos beneficiários. Manifestou preocupação com os projetos suspensos e a morosidade de execução de alguns projetos.

Paulo Gravato (Santa Casa da Misericórdia de Vagos) considerou que neste novo contexto, os valores que estão alocados aos investimentos para a requalificação da rede de saúde regional não deviam estar no âmbito da Comunidade Intermunicipal, mas sim ao nível nacional, uma vez que assim se retira dinheiro à região. Considerou que se tem de investir mais nos cuidados de saúde primários e nos cuidados continuados, o que permitiria aliviar os hospitais. Referiu que é expectável que algumas instituições deixem de ter determinadas valências, uma vez que não têm sustentabilidade, propondo a criação de uma Central de Compras para as IPSS. Considera que é preciso repensar os projetos de inovação social, que normalmente são projetos de 2/3 anos e que depois não têm continuidade.

Luís Carneiro (Associação Viking Kayak Clube) manifestou preocupação com a orla costeira e com as alterações climáticas e questionou se a ponte-Açude resistirá às forças dos caudais, face ao aumento da cota de exploração da barragem.

António Coutinho (CM Sever do Vouga) considerou importante rever a questão da área social e da saúde associada ao setor social.

Fernando Castro (CER Aveiro) referiu-se ao crescimento da atividade económica da região, garantindo competitividade. Entende que a ligação ferroviária não vai responder às necessidades da economia, uma vez que os comboios que são falados, a linha única e a bitola, são fortes condicionantes. Considerou que a CIRA tem de se continuar a empenhar na ligação

ferroviária Aveiro-Salamanca e no investimento nos transportes públicos. Questionou se não faria sentido uma política habitacional para a região.

Fátima Alves (Administração do Porto de Aveiro) destacou o papel do Porto de Aveiro na dinamização da economia, enquanto *hub*, de área de acolhimento empresarial e estratégico, em termos de logística, para a região de Aveiro e o seu desenvolvimento.

Fernando Vasconcelos (AdRA) informou que as IPSS e os Municípios têm um tarifário mais baixo e que desde o início a AdRA tem tido um cuidado especial com o tarifário diferenciado, havendo uma subsidiariedade dos clientes “não domésticos” para com as IPSS.

António Ribeiro (Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro,) informou que na gestão das urgências, a definição das cotas da barragem é da responsabilidade da APA – Agência Portuguesa de Ambiente e que se limita a transmitir a informação que a EDP faz chegar às entidades competentes no território. Referiu que, a nível local, não há capacidade de envio de mensagens à população.

O Presidente do Conselho Intermunicipal reafirmou que nos temos de focar nas prioridades para a região e que a EIDT RA é um documento para as áreas de maior negociação financeira e não pode abordar tudo. Concorde que a distribuição de verbas está invertida e que têm de ser as entidades regionais a lutar pelas causas nacionais. Referiu que a continuidade da rede de cuidados primários está presente no documento.

O Presidente do CI informou que há acordo com a ANMP para a uma futura transferência de competências na área social. Entende que não há uma estrutura para gerir a nova bacia do Rio Vouga, de uma forma estruturada, que tem um novo episódio a montante. Considera que as zonas industriais e as políticas de habitação estão na esfera municipal. Manifestou a intenção de densificar o documento nas questões relativas ao Porto de Aveiro.

Ponto 3. Prestação de Contas 2019 e Orçamento/GOP 2020

Ponto apreciado conjuntamente com a Informação sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

Ponto 4: Portugal 2030 - Uma estratégia para a Região

Ponto apreciado conjuntamente com a Informação sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

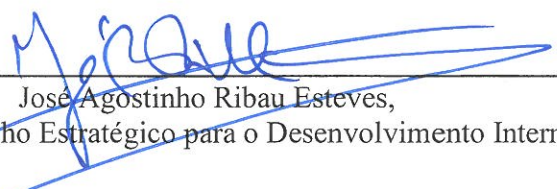
Ponto 5: Alteração ao Regimento - integração de novas entidades.

A proposta de integrar duas novas instituições, o Turismo do Centro de Portugal e o ICNF, no seu patamar regional, foi aprovada por unanimidade.

Ponto 6: Outros assuntos

Não houve pedidos para uso da palavra.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal deu por encerrada a reunião cerca das dezassete horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente do CEDI.



José Agostinho Ribau Esteves,
Presidente do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal